

O I Congresso Nacional pela Anistia: discursos e estratégias

Fábio Rosa Faturi

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

fabio.faturi@hotmail.com

Resumo:

O objetivo deste trabalho é analisar o I Congresso Nacional pela Anistia, realizado em 1978. Buscamos examinar o discurso dos movimentos pela anistia e o elenco de estratégias definidas antes, durante e após a realização desse encontro. Permite-se desta forma, vislumbrar a incorporação de outros elementos à bandeira da anistia, o que, contudo, não desvirtuou a essência dos objetivos do movimento que se aglutinava em oposição ao caráter autoritário do governo.

Palavras-chaves: Anistia – Congresso Nacional pela Anistia – sociedade civil

Abstract:

The objective of this work is to analyze the *I Congresso Nacional pela Anistia*, occurred in 1978. We search to examine the discourse of the movement for amnesty and the cast of strategies defined before, during and after the realization of this encounter. Allows himself thus to glimpse the incorporation of other elements to the flag of amnesty, which, however, did not substantially change the essence of the objectives of movement that agglutinated in opposition to the authoritarian of the government.

O I Congresso Nacional pela anistia

“A anistia pela qual lutamos deve ser ampla – para todas as manifestações de oposição ao regime; geral – para todas as vítimas de repressão; e irrestrita – sem discriminações ou restrições. Não aceitamos a anistia parcial e repudiamos a anistia recíproca. Exigimos o fim radical e absoluto das torturas e dos aparatos repressores e a responsabilização judicial dos agentes da repressão e do regime a que eles servem” (MANIFESTO..., 1978, s/p).

É com esta declaração que se inicia o Manifesto à Nação, resultado do I Congresso Nacional pela Anistia, realizado na cidade de São Paulo em novembro de 1978. Este evento reuniu cerca de 1.500 pessoas e contou com a representação de ano menos 25 entidades empenhadas na luta pela anistia, luta que aglutinava um movimento que era em essência contra as arbitrariedades da Ditadura.

Quatorze anos após o golpe militar, a sociedade começava a dar sinais “de uma crescente capacidade de organização e de luta” (GRECCO, 2003, p. 83), passando a ocupar o espaço público, retomando esta esfera como lugar do exercício da cidadania. É neste contexto de despertar da sociedade civil que ocorre este Congresso, que servirá de eixo norteador para este ensaio. Nesse sentido, será examinado o discurso dos movimentos pela anistia e o elenco de estratégias definidas antes, durante e após a realização desse encontro. Oportuniza-se assim, visualizar como essa luta, a partir da ação desses movimentos “interagiu com outros atores emergentes na cena pública, que lutavam pelo reconhecimento de seus direitos e pelo próprio direito de serem reconhecidos como portadores de direitos” (DEL PORTO, 2009, p. 44).

Conforme Rodeghero (2012), “menções a necessidade de anistia aos opositores do regime já [vieram] a público nos primeiros dias após o golpe” (RODEGHERO, 2012, s/p). As iniciativas permaneciam restritas, contudo, ao âmbito legislativo, cuja possibilidade de atuação era progressivamente cerceada. A reivindicação pela anistia encontrou bases para se fortalecer em 1972 “quando o MDB lança a chamada Carta de Recife, que, pela primeira vez, propõem uma constituinte” (SOUZA, 2011, p. 208). Às vezes esparsas, aos poucos outras vão se somando, sendo “o ano de 1974 um marco fundamental” (RIBEIRO MARTINS, 1978, p. 129). A derrota eleitoral das forças governamentais na eleição¹ foi um

¹ Segundo Del Porto (2009), “a vitória do MDB nas eleições legislativas de 1974 significou a primeira manifestação abertamente política de oposição à ditadura desde 1968” (DEL PORTO, 2009, p. 46)

tímido, embora importante passo, no sentido do crescimento da oposição democrática. Soma-se a este quadro o surgimento de movimentos e organizações sociais, como o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) surgido em 1975, que embora se empenhasse na reintegração de “centenas de cidadãos ilustres ao processo político nacional” (SOUZA, 2011, p, 199), faziam com que o debate da anistia irrompesse na cena pública.

Posteriormente, em fevereiro de 1978 surge o primeiro Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Liderados por “ex presos políticos, familiares de presos e vários grupos que haviam se organizado na defesa dos prisioneiros, [estas estruturas] rapidamente se multiplicaram pelas capitais do país” (SOUZA, 2011, p, 199). O CBA também reunia “estudantes, advogados, artistas, membros da Igreja Católica e pretendia estabelecer uma articulação com as oposições sindicais e representantes de movimentos de bairros” (COMO FUNCIONA..., 1979, p. 4). Os meses que seguiram foram de intensos diálogos, realizações de encontros e reuniões, onde pela primeira vez “os movimentos de anistia no país se sentam para unificar programas e articular ações conjuntas” (GRECCO, 2003, p. 89). Decidem em Setembro, durante a realização do Encontro Nacional de Movimentos pela Anistia a realização do I Congresso Nacional pela Anistia, a ocorrer no período de 2 a 5 de novembro² de 1978.

O documento base para a realização do evento era a “Carta de Salvador”, construída a partir dos debates realizados no Encontro mencionado. Na carta estão expressos os princípios e as concepções de anistia a partir da qual irão se integrar os movimentos. Sendo que, ao mesmo tempo em que reivindicavam uma anistia ampla, geral e irrestrita, conclamavam os “brasileiros de todos os quadrantes e de todas as origens sociais a se incorporarem nessa luta” (CARTA DE SALVADOR, 1978, p. 1).

A luta por esta *forma* de anistia era na concepção desses movimentos, a única que “atendia aos interesses de todos os setores e camadas sociais na luta por liberdades democráticas” (CARTA DE SALVADOR, 1978, p. 1). Era a única que permitia devolver ao cidadão os seus direitos. Mas sua conquista dependia, fundamentalmente, “da transformação de sua luta em movimento de massas”

² A data escolhida remetia ao óbito de Carlos Marighela, um dos principais organizadores da resistência contra o regime militar, morto em 4 de novembro de 1969.

(CARTA DE SALVADOR, 1978, p. 3). Desta forma, a realização do I Congresso responde a este imperativo de popularizar o movimento pela anistia.

Este objetivo era alvo de preocupação por parte do governo, conforme o relatório intitulado “Notas sobre a realização do I Congresso” encaminhado ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/SP). Além desta apreensão, era destacado neste mesmo documento, solicitando-se “permanente atenção”, às discussões realizadas durante o evento sobre a Lei de Segurança Nacional, que seriam objeto de recorrentes críticas durante o evento.

Uma preocupação constante durante todo o Congresso foi a produção de listas contendo o maior número possível de informações sobre os mortos, desaparecidos políticos, presos e exilados. Este passo era fundamental uma vez que, conforme sintetizado por Souza (2011), um dos eixos fundamentais em torno do qual a luta pela anistia deveria se pautar era a exigência “do reconhecimento das morte e desaparecimentos” (SOUZA, 2011, p. 205) por parte do regime. A publicação de um dossiê ao final do evento, construído a partir da reunião de todas as denúncias além de constituir-se como instrumento legal de oposição ao regime, era tido como um dever moral e ético por parte dos participantes. No tocante às denúncias, elemento relevante, eram as cartas enviadas por presos políticos que, representavam uma “importante frente de luta contra a ditadura” (RODEGHERO, 2012, s/p).

A logística do Congresso era baseada na reunião por “categorias de atingidos”. Desta forma, fora afixado nas portas das salas do local onde este era realizado, pequenas placas nomeando as diferentes categorias, tais como: “aposentados e seus familiares, cassados e seus familiares, familiares de banidos, familiares de mortos e desaparecidos, familiares de presos políticos e Instituições científicas e Universidades” (CARTA CONVOCATÓRIA, 1978, p. 2). Igualmente, reuniam-se, segundo setores e grupos sociais atingidos, divididos em: “advogados, arquitetos, artistas, bancários, estudantes, jornalistas, médicos, mulheres, operários, parlamentares, professores e setores da igreja” (CARTA CONVOCATÓRIA, 1978, p. 2). Funcionando sob este formato, cada um dirigia-se à sala onde encontraria afetados por situação semelhante. Para Maria Auxiliadora Arante³ que participara de

³ Psicóloga, psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, fundadora do Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo, membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia.

algumas reuniões, “foi assim que se conheceu um pouco os nomes e as histórias, o que possibilitou tomar consciência da profundidade da repressão, da violência, dos casos de assassinato ocorridos” (ARANTE, 2013, p. 5). Esta estrutura organizativa demonstra para Grecco (2003) “o caráter, a forma de luta e o raio de ação do movimento” (GRECCO, 2003, p.93). Igualmente, o Congresso representou um importante espaço para a tomada de consciência, o que confere capacidade de ação aos diferentes sujeitos e atores⁴.

Uma atenção recorrente conforme mencionado, era feita no sentido da denúncia da reforma de Lei de Segurança Nacional, cujo projeto havia sido recentemente enviado ao Legislativo. O objetivo dos participantes era a revogação desta legislação, “assim como a dos demais atos e leis de exceção” (RESOLUÇÕES..., 1978, p.1). Desta forma, “a abertura proposta pelo regime não era tomada como justificativa para a concessão da anistia, ao contrário, ela era denunciada e desmascarada” (RODEGHERO, 2012, s/p). Contundentes críticas destinavam-se igualmente à manutenção da Lei Falcão para a realização de eleições, da permanência dos cassados e banidos no exílio e, ainda que a reforma proposta pelo governo contemplasse a criação de novos partidos, estes seriam “como de costume, formados de cima para baixo e cerceando a organização de partidos que reflitam expressivas correntes política, ideológicas e econômicas” (ANAIS, 1978, p. 9). De maneira geral, compreendia-se que estas reformas tinham como objetivo negar a soberania popular e manter a grande maioria da população na condição de marginalização política. A síntese produzida pelos presentes no Congresso é significativa: “os movimentos pela anistia denunciam as reformas pelo o que elas verdadeiramente são: o esforço para institucionalizar o arbítrio, marginalizar os setores populares e eternizar o grupo dominante no poder⁵” (ANAIS, 1978, p. 23).

⁴ A concepção de cidadania para Arendt, sintetizada na fórmula “o direito a ter direitos” (ARENDDT, 2004, p.303) está fundamentada em dois eixos estritamente vinculados, a ideia de pertencimento e a necessidade da construção de um espaço público (onde se desenvolveria a política). O primeiro eixo foi oportunizado, de certa forma pela realização do I Congresso, uma vez que “do movimento popular, ao movimento operário e aos setores democráticos organizados do país, não seria exagero afirmar que o I Congresso Nacional pela Anistia conseguiu mobilizar a quase totalidade deles” (GRECCO, 2003, p. 95). O segundo eixo, a construção do espaço público, seria possibilitado, entre outros meios, pela popularização do movimento pela anistia.

⁵ A concessão da anistia, paradigmaticamente, nesse sentido, pode ser compreendida como uma concessão cujo “sentido básico foi preservar as condições de dominação política de uma classe social absolutamente desprovida de vocação transformadora” (LEMOS, 2002, p. 293).

Tendo em vista a compreensão da necessidade de uma anistia ampla, geral e irrestrita, julgou-se necessário no decorrer do encontro a explicitação “de uma concepção correta do que é terrorismo” (SUBSIDIOS..., 1978, p.1). O Congresso adotou então o material produzido pelo CBA do Rio de Janeiro, onde estava presente a noção de terrorismo político como: “a agressão deliberada a população civil não combatente, desarmada, com o objetivo de lhe arrancar pelo medo, colaboração ou neutralidade” (CARTA CONVOCATÓRIA, 1978, p. 2). No Brasil, especificamente, os terroristas seriam “as pessoas ou organizações que através da violência física ou psicológica tentam intimidar ou coagir aqueles que procuram transformar a realidade no sentido de uma sociedade onde predomine a democracia” (SUBSIDIOS..., 1978, p. 2). No desenrolar da exposição, reivindicam o abandono dos termos “terrorismo de direita”, pois, “nesta colocação, admitir-se-á a existência de seu oposto, o terrorismo de esquerda, quando na verdade só existe uma forma, o terrorismo das classes dominantes” (SUBSIDIOS..., 1978, p. 3). Substanciam nesse sentido a oposição a um inimigo comum, o governo autoritário *terrorista*, cuja oposição orbitará em torno da reivindicação pela anistia, uma vez que esta possui como “motivação profunda é a garantia do direito universal à liberdade e a criação das condições para o exercício da cidadania” (RAMOS, 2011, p. 9)

No movimento pela popularização da anistia o Congresso representou, como venho tentando ressaltar, um importante ponto de inflexão. A partir deste momento firmou-se a compreensão da “luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, com as reivindicações mais sentidas pelos setores que combatem a opressão – os trabalhadores, o povo pobre, as categorias profissionais em suas associações” (RESOLUÇÕES..., 1978, p. 8). Desta forma, emergia a ciência de que “a luta pela anistia tem duas faces: uma que defende aqueles que até o momento foram atingidos pela repressão e pelo arbítrio, e outra que visa a defesa e a garantia dos que hoje estão lutando” (RESOLUÇÕES..., 1978, p. 8)⁶.

No último dia do congresso foram aprovadas as resoluções que expressam a agenda e o elenco de estratégias definidas pelo movimento. Assim, “as lutas a serem levadas a partir do encerramento do Congresso, consistem em atos públicos, cultos religiosos e ecumênicos e apoio a greve dos metalúrgicos” (MANIFESTO..., 1978, p.4). O movimento pela anistia possuía assim, como caráter elementar, “o

⁶ O I Congresso também foi importante no tocante a internacionalização da luta pela anistia. Cabe ressaltar que neste momento existiam cerca de 10.000 exilados.

esforço para a construção do espaço político, autônomo e independente” (GRECCO, 2003, p. 110).

Grande parte das proposições também ocupavam-se de ampliar o espectro de divulgação da luta empreendida e conscientização da população. Assim, julgou-se oportuno a criação de “um jornal nacional pela anistia”, bem como buscava-se “popularizar a luta pela anistia através dos trabalhos setoriais e pela elaboração e divulgação de instrumentos de linguagem popular” (RESOLUÇÕES..., 1978, p. 2).

Um exemplo destes materiais é a “cartilha” elaborada pelo Comitê de mulheres Irma/Aurélio, vinculado ao MDB de Minas Gerais. O material amplamente ilustrado, tendo em vista as condições para a sua produção, explicava-se didaticamente “afinal, o que era anistia!” (ANISTIA..., 1978a, s/p). E, buscando explicar o real significado da palavra, apresentaram a história de três personagens fictícios, um operário preso acusado de ser subversivo, um trabalhador que demitido por conta da participação de uma greve encontrava dificuldades na busca por um novo emprego e por fim um camponês, preso por defender sua terra de grileiros. O ponto de união entre os três personagens era a luta por melhores condições de vida ou de trabalho que encontraram pela frente, todavia, um regime político onde a tônica era a ausência de liberdade. Desta forma, apresentavam que “anistia no Brasil hoje, significa reparar injustiças cometidas pelo governo contra o povo (...) uma vez que a luta pela anistia está ligada à luta pela liberdade” (ANISTIA..., 1978a, p.4-5), e portanto, à democracia. A presença da questão dos presos políticos e dos exilados ocupa um papel secundário. Embora se possa argumentar que o discurso expresso neste material decorra do fato de ser produzido por um grupo vinculado ao MDB, é significativo que este material seja citado como exemplo nas Resoluções do Congresso.

É oportuno identificar nesse sentido que o discurso do Congresso instaura os CBAs e a bandeira da luta pela anistia como interlocutores legítimos das reivindicações democráticas, em oposição ao poder instituído “identificado como o inimigo a ser combatido” (GRECCO, 2003, p. 112).

Ainda é necessário identificar as divergências que pautaram a realização do Congresso. A não participação de entidades nacionais de categorias, a exceção da ABI, foi sentida e justificada por refletir “o não compromisso desta entidades na constituição de uma coordenação nacional da luta pela anistia” (ANAIS..., 1978, p.

34). Mas as críticas mais contundentes foram articuladas pelos estudantes, em especial, pela representação do DCE da USP que na semana imediatamente posterior lançou um ofício intitulado “Anistia: e depois do congresso?”. Segundo os estudantes, “aqueles que esperavam deliberações concretas saíram do congresso frustrados” (ANISTIA..., 1978b, s/p). De concreto, somente a constituição de um bloco parlamentar pela anistia, o que significava, entretanto, a canalização “da mobilização independente para o interior do parlamento” (ANISTIA..., 1978b, s/p). As resoluções, um dos principais alvos das críticas, não representariam a pluralidade dos debates desenvolvidos pelos participantes, uma vez que o Congresso foi “corroído por um funcionamento anti democrático, o que infelizmente era a tônica de alguns CBAs, como o de São Paulo” (ANISTIA..., 1978b, s/p).

Embora seja verdade que possamos reconhecer nos CBAs um discurso de maior radicalidade quando comparado ao MFPA, é interessante destacarmos a existência de discursos divergentes no interior dos Comitês. A realização do Congresso foi um momento de confluência de diferentes atores sociais, com diferentes expectativas no tocante à anistia e os estudantes que voltavam à cena política parecem ser um corpo substancialmente radical. Mas, empenhados na luta pela qual “rapidamente compreenderam que faziam parte” (SOUZA, 2011, p. 203) o estudantes compreendiam que, apesar das divergências, “trata-se de partir das disposições tomadas pelos presentes” (ANISTIA..., 1978b, s/p).

Ao revisitarmos a luta pela anistia, é necessário reconhecê-la como “um processo político historicamente construído, fundamental para que possamos forjar uma cultura política baseada no respeito aos direitos humanos” (SOUZA, 2011, p. 192). A atenção destacada neste espaço as articulações do I Congresso Nacional pela Anistia permitiu vislumbrar uma mudança no discurso buscando uma maior popularização da luta, em um momento onde esta se intensificava e ganhava corpo. A incorporação de outros elementos à bandeira da anistia, contudo, não desvirtuou a essência dos objetivos do movimento que se aglutinava em oposição ao caráter autoritário do governo.

Fontes⁷

Anais do Congresso Nacional pela Anistia. I Congresso Nacional pela Anistia, 1978

Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. CBA/MG, 1978

Anistia, e depois do Congresso? DCE/USP, 1978b

Carta Convocatória para a realização do I Congresso Nacional pela Anistia. Encontro Nacional de movimentos pela Anistia, 1978.

Carta de Salvador. Encontro Nacional de movimentos pela Anistia, 1978.

Como funciona o CBA. Órgão Oficial do Comitê Brasileiro pela Anistia, n° 3, janeiro/fevereiro de 1979.

Manifesto à Nação. I Congresso Nacional pela Anistia, 1978

Subsídio para a discussão: quem são os terroristas no Brasil? I Congresso Nacional pela Anistia, 1978

Resoluções do Congresso Nacional pela Anistia. I Congresso Nacional pela Anistia, 1978

Referências

ARANTES, Maria. *Anistia: 1979 -2013, o que falta?* Comissão Estadual da Verdade - "Rubens Paiva". 2013. Disponível em: <http://www.sedes.org.br/site/sites/default/files/34%20anos%20da%20lei%20de%20Anistia.pdf>, acesso em 9 de dezembro de 2013.

ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo. Cia das Letras, 2004.

DEL PORTO, Fabíola. A luta pela anistia no Regime Militar brasileiro: a constituição da sociedade civil e a construção da cidadania, in: *Revista Perseu*, n° 3, 2009.

GRECO, Heloísa. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Belo Horizonte: UFMG, (Tese de doutorado em História), 2003

⁷ A documentação que segue referenciada encontra-se depositada em plataforma digital no Arquivo Público do estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/Anistia/> . Aceso em 9 de dezembro de 2013.

LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-64. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro de 2002, p. 287-313.

RAMOS, Andressa. *A paixão como pulsão na formação do movimento pela anistia*. Anais da ANPUH, 2011.

RIBEIRO MARTINS, Roberto. *Liberdade para os brasileiros: Anistia ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978,

RODEGHERO, Carla Simone - *A anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje*. No prelo.

SOUSA, Jesse Jane Vieira de. Anistia no Brasil: um processo político em disputa. In: ABRÃO, Paulo; PAYNE, Leigh A.; TORELLI, Marcelo D. (Orgs.). *A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Center, 2011, p. 188-211.